



Fevereiro/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor de Controle Externo
Área Finalística Controle Externo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Prazer sem humilhação

O poeta Ferreira Gullar disse há tempos uma frase que gosta de repetir: "A crase não existe para humilhar ninguém". Entenda-se: há normas gramaticais cuja razão de ser é emprestar clareza ao discurso escrito, valendo como ferramentas úteis e não como instrumentos de tortura ou depreciação de alguém.

Acho que o sentido dessa frase pode ampliar-se: "A arte não existe para humilhar ninguém", entendendo-se com isso que os artistas existem para estimular e desenvolver nossa sensibilidade e inteligência do mundo, e não para produzir obras que separem e hierarquizem as pessoas. Para ficarmos no terreno da música: penso que todos devem escolher ouvir o que gostam, não aquilo que alguém determina. Mas há aqui um ponto crucial, que vale a pena discutir: estamos mesmo em condições de escolher livremente as músicas de que gostamos?

Para haver escolha real, é preciso haver opções reais. Cada vez que um carro passa com o som altíssimo de graves repetidos praticamente sem variação, num ritmo mecânico e hipnótico, é o caso de se perguntar: houve aí uma escolha? Quem alardeia os infernais decibéis de seu som motorizado pela cidade teve a chance de ouvir muitos outros gêneros musicais? Conhece muitos outros ritmos, as canções de outros países, os compositores de outras épocas, as tendências da música brasileira, os incontáveis estilos musicais já inventados e frequentados? Ou se limita a comprar no mercado o que está vendendo na prateleira dos sucessos, alimentando o círculo vicioso e enganoso do "vende porque é bom, é bom porque vende"?

Não digo que A é melhor que B, ou que X é superior a todas as letras do alfabeto; digo que é importante buscar conhecer todas as letras para escolher. Nada contra quem escolhe um "batidão" se já ouviu música clássica, desde que tenha tido realmente a oportunidade de ouvir e escolher compositores clássicos que lhe digam algo. Não acho que é preciso escolher, por exemplo, entre os grandes Pixinguinha e Bach, entre Tom Jobim e Beethoven, entre um forró e a música eletrônica das baladas, entre a música dançante e a que convida a uma audição mais serena; acho apenas que temos o direito de ouvir tudo isso antes de escolher. A boa música, a boa arte, esteja onde estiver, também não existe para humilhar ninguém.

(João Cláudio Figueira, inédito)

1. O autor da crônica se reporta ao emprego da crase, ao sentido da arte em geral e ao da música clássica em particular. A tese que articula esses três casos e justifica o título da crônica é a seguinte:
 - (A) Costumamos ter vergonha daquilo que nos causa prazer, pois nossas escolhas culturais são feitas sem qualquer critério ou disciplina.
 - (B) A possibilidade de escolha entre os vários níveis de expressão da linguagem e das artes não deve constranger, mas estimular nosso prazer.
 - (C) Tanto o emprego da crase como a audição de música clássica são reveladores do mau gosto de quem desconsidera o prazer verdadeiro dos outros.
 - (D) Somente quem se mostra submisso e humilde diante da linguagem culta e da música clássica está em condições de sentir um verdadeiro prazer.
 - (E) É comum que nos sintamos humilhados quando não conseguimos extrair prazer de todos os níveis de cultura que se oferecem ao nosso desfrute.
2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Têm significação equivalente, no 2º parágrafo, estes dois segmentos: *estimular e desenvolver nossa sensibilidade* e *separem e hierarquizem as pessoas*.
 - II. O autor se refere ao som altíssimo do que toca num carro que passa para ilustrar o caso de quem, diante de tantas opções reais, fez uma escolha de gosto discutível.
 - III. O que importa para a definição do nosso gosto é que se abram para nós todas as opções possíveis, para que a partir delas escolhamos a que de fato mais nos apraz.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *instrumentos de tortura ou depreciação* (1º parágrafo) = meios de aviltamento ou rejeição.
 - (B) *ritmo mecânico e hipnótico* (3º parágrafo) = toque automático e insone.
 - (C) *alardeia os infernais decibéis* (3º parágrafo) = propaga os pérfdos excessos.
 - (D) *alimentando o círculo vicioso* (3º parágrafo) = nutrido a esfera pecaminosa.
 - (E) *clássicos que lhe digam algo* (4º parágrafo) = eruditos que lhe transmitam alguma coisa.
4. A diversidade de épocas e de linguagens em que as artes se manifestam
 - (A) obriga o público a confiar no mercado, cujos critérios costumam respeitar tal diversidade.
 - (B) não interessa ao gosto popular, que costuma cultivar as exigências artísticas mais revolucionárias.
 - (C) constitui uma vantagem para quem se habilita a escolher de acordo com o próprio gosto.
 - (D) cria uma impossibilidade de opções reais, razão pela qual cada um de nós aprimora seu gosto pessoal.
 - (E) representa uma riqueza cultural para quem foi contemplado com uma inata e especial sensibilidade.



5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A afirmação sobre a crase do poeta Ferreira Gullar exprime a convicção que seu uso deve ser facultado sem que se venha a humilhar-se.
- (B) A dificuldade de acesso à diversidade cultural dá ao mercado a possibilidade de determinar e mecanizar o gosto do grande público.
- (C) O autor do texto não crê que se devam dar às artes alguma hierarquia que implicará em que as pessoas se separem de modo inconsequente.
- (D) O círculo vicioso do mercado constitui um fenômeno do qual é difícil de se expurgar, mesmo por que seu critério é tão somente o lucro.
- (E) Pondo-se de lado a lado mestres da música clássica e popular, constata-se de que ambas têm o mesmo valor que lhes atribui nosso melhor gosto.

6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Não deve representar uma humilhação para nós as eventuais falhas de redação, que pode e precisa ser sanada.
- (B) Difunde-se, já há muito tempo, preconceitos contra a grande arte, sob a alegação de que ela é produzida para uma pequena elite.
- (C) Caso não hajam opções reais, o público acabará tendo acesso não a obras de arte, mas a mercadorias em oferta.
- (D) Traumatizados pelos decibéis do som que os atormenta, ocorre a alguns motoristas reagir com violência a esses abusos.
- (E) Ao autor do texto não incomodam as pessoas ouvirem qualquer coisa, mas sim o que a elas não é facultado conhecerem.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Eles alardeavam o insuportável som instalado nos carros**, obtém-se a forma verbal
- (A) era alardeado.
- (B) tinha sido alardeado.
- (C) têm alardeado.
- (D) eram alardeados.
- (E) fora alardeado.

8. **Em qualquer época, que se ao grande público o melhor que os artistas**

Haverá plena correlação entre tempos e modos verbais na frase acima preenchendo-se as lacunas, respectivamente, com

- (A) será preciso - oferecesse - produziram
- (B) é preciso - oferecesse - produzissem
- (C) seria preciso - ofereça - têm produzido
- (D) é preciso - ofereça - produzam
- (E) era preciso - oferecia - produzem

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Pátrio poder

Pais que vivem em bairros violentos de São Paulo chegam a comprometer 20% de sua renda para manter seus filhos em escolas privadas. O investimento faz sentido? A questão, por envolver múltiplas variáveis, é complexa, mas, se fizermos questão de extrair uma resposta simples, ela é "provavelmente sim". Uma série de estudos sugere que a influência de pais sobre o comportamento dos filhos, ainda que não chegue a ser nula, é menor do que a imaginada e se dá por vias diferentes das esperadas. Quem primeiro levantou essa hipótese foi a psicóloga Judith Harris no final dos anos 90.

Para Harris, os jovens vêm programados para ser socializados não pelos pais, como pregam nossas instituições e nossa cultura, mas pelos pares, isto é, pelas outras crianças com as quais convivem. Um dos muitos argumentos que ela usa para apoiar sua teoria é o fato de que filhos de imigrantes não terminam falando com a pronúncia dos genitores, mas sim com a dos jovens que os cercam.

As grandes aglomerações urbanas, porém, introduziram um problema. Em nosso ambiente ancestral, formado por bandos de no máximo 200 pessoas, o "cantinho" das crianças era heterogêneo, reunindo meninos e meninas de várias idades. Hoje, com escolas que reúnem centenas de alunos, o(a) garoto(a) tende a socializar-se mais com coleguinhas do mesmo sexo, idade e interesses. O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes. Meninas se tornam hiperfemininas, e meninos, hiperativos. O mau aluno encontra outros maus alunos, que constituirão uma subcultura onde rejeitar a escola é percebido como algo positivo. O mesmo vale para a violência e drogas. Na outra ponta, podem surgir meios que valorizem a leitura e a aplicação nos estudos.

Nesse modelo, a melhor chance que os pais têm de influir é determinando a vizinhança em que seu filho vai viver e a escola que frequentará.

(Adaptado de: SCHWARTSMAN, Hélio. **Folha de São Paulo**, 7/12/2014)

9. À pergunta *O investimento faz sentido?* o próprio autor responde: "*provavelmente sim*". Essa resposta se justifica, porque
- (A) a escola, ao contrário do que se imagina, tem efeitos tão poderosos quanto os que decorrem da convivência familiar.
- (B) as influências dos pares de um educando numa escola pública são menos nocivas do que os exemplos de seus pais.
- (C) a qualidade do convívio de um estudante com seus colegas de escola é um fator determinante para sua formação.
- (D) as grandes concentrações humanas estimulam características típicas do que já foi nosso ambiente ancestral.
- (E) a escola particular, mesmo sendo cara, acaba por desenvolver nos alunos uma subcultura crítica em relação ao ensino.



10. Com a frase *O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes* (3º parágrafo) o autor está afirmando que a socialização nas escolas se dá de modo a
- (A) dissolver os agrupamentos perniciosos.
- (B) promover a competitividade entre os grupos.
- (C) estabelecer uma hierarquia no interior dos grupos.
- (D) incentivar o desempenho dos alunos mais habilitados.
- (E) criar grupos fortemente tipificados.
-
11. Considere as seguintes afirmações:
- I. A hipótese levantada pela psicóloga Judith Harris é a de que os estudantes migrantes são menos sensíveis às influências dos pais que às de seus professores.
- II. O fato de um mau aluno se deixar atrair pela amizade de outro mau aluno prova que as deficiências da vida familiar antecedem e determinam o mau aproveitamento escolar.
- III. Do ponto de vista do desempenho escolar, podem ser positivos ou negativos os traços de afinidade que levam os estudantes a se agruparem.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.
-
12. É preciso CORRIGIR a redação da seguinte frase:
- (A) Muita gente acha pernicioso esse processo de agrupamento dos alunos, quando cada um pode querer reforçar o que tem de pior em si mesmo.
- (B) Frequentar uma boa escola, ainda que isso onere bastante o orçamento familiar, representa a oportunidade de uma melhor formação pessoal.
- (C) É possível que a formação dos jovens esteja agora ocorrendo sob a influência não de grupos de real convívio, mas dos contatos nas redes sociais.
- (D) Está comprovado que os filhos de imigrantes sofrem maior influência da linguagem de seus colegas do que da língua de seus pais.
- (E) Não há a convicção de que a família é sua maior responsável, quando na escola a formação produzida pelos colegas lhe é muito mais relevante.
-
13. *Formam-se grupos de alunos nas escolas. O que determina esses grupos não é uma orientação formal; o que constitui esses grupos, o que traça os contornos desses grupos, são as afinidades individuais.*
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) lhes determina – lhes constitui – traça-lhes os contornos
- (B) os determina – constitui-lhes – os traça seus contornos
- (C) os determina – os constitui – lhes traça os contornos
- (D) determina-lhes – os constitui – traça a seus contornos
- (E) determina-os – constitui-os – os traça contornos
-
14. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Muita gente imagina, ainda hoje, que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando, na verdade, essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (B) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (C) Muita gente imagina, ainda hoje que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem tenha ainda, um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (D) Muita gente imagina ainda hoje que, o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda, um papel decisivo quando na verdade, essa função para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (E) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre, como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo quando na verdade, essa função, para o bem ou para o mal é exercida, no interior dos grupos de colegas e amigos.
-
15. A expressão **a que** preenche adequadamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Garantir uma educação de boa qualidade é quase tão importante quanto garantir a pureza do ar aspiramos.
- (B) Há quem ainda ache que os valores os jovens são submetidos no convívio familiar tenham mais peso que os cultivados por seus colegas.
- (C) A influência exercem os jovens entre si, no interior dos grupos, acaba sendo fundamental para a formação de todos.
- (D) Muito leitor do texto ficará curioso para saber como era a formação se propagava nas comunidades ancestrais.
- (E) Poucos são os jovens venham aproveitar-se dos benefícios de uma boa formação escolar num estabelecimento privado.



Auditoria Governamental

16. As Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS do setor público, nas quais incluem-se os Tribunais de Contas, devem observar as normas emitidas pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, que em sua norma ISSAI 100 aponta três tipos de auditoria. A auditoria que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública, segundo o manual de auditoria do TCU adaptado às normas internacionais, é a Auditoria

- (A) das Demonstrações Contábeis.
- (B) operacional.
- (C) de Conformidade.
- (D) de Qualidade.
- (E) dos Sistemas ou TI.

17. Na condução de auditorias, devem ser observados os princípios éticos estruturais do código de Ética do *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, recomendado às Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS, tais como os princípios de integridade, da independência, do conflito de interesse, da objetividade, da imparcialidade, da aparência, da neutralidade política, da confidencialidade e do profissionalismo.

O princípio ético que requer que o auditor observe a forma e a finalidade dos padrões de auditoria e de ética, considere os princípios de independência e objetividade, seja absolutamente honesto na realização de seu trabalho e na utilização dos recursos da EFS, mantenha impecáveis padrões de conduta profissional e tome decisões de acordo com o interesse público, é o princípio

- (A) da neutralidade política.
- (B) da objetividade.
- (C) da aparência.
- (D) do conflito de interesse.
- (E) de integridade.

18. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAG, aplicáveis ao controle externo, a fase do processo de auditoria governamental na qual as evidências são coletadas e examinadas, de modo a fundamentar os comentários e opiniões, e que envolve o exame de registros e documentos, a avaliação de processos e sistemas orçamentários, financeiros, patrimoniais e operacionais, com vistas a informar sobre a confiabilidade do Sistema de Controles Internos – SCI, a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, regularidade das contas, o desempenho da gestão e os resultados das políticas, programas e projetos públicos, corresponde à etapa de

- (A) Planejamento.
- (B) Acompanhamento das recomendações.
- (C) Seleção da metodologia.
- (D) Execução.
- (E) Estabelecimento do escopo.

19. As Normas de Auditoria, NAT do TCU apresentam recomendações referentes aos relatórios de auditoria. “*Apresentar, entre outras, toda a informação e todos os elementos necessários para satisfazer os objetivos da auditoria, permitir a correta compreensão dos fatos e situações relatadas, prover os usuários do relatório com uma compreensão suficientemente íntegra. As relações entre objetivos, critérios, achados e conclusões precisam ser expressas de forma clara e íntegra, permitindo sua verificação*” é a característica de

- (A) completude.
- (B) clareza.
- (C) convicção.
- (D) objetividade.
- (E) tempestividade.

20. Segundo os procedimentos em processos de tomadas e prestação de contas do TCM/GO, as contas dos gestores, quando apresentarem omissão no dever de prestação de contas (*accountability*), prática de ato ilegal, ilegítimo, antieconômico, infração a ato regulamentar, em especial de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, injustificado dano ao erário, serão consideradas

- (A) regulares com ressalva.
- (B) regulares sem ressalva com parágrafo de ênfase.
- (C) impróprias com rejeição.
- (D) irregulares com abstenção de opinião.
- (E) irregulares.

21. Os procedimentos de auditoria incluem as seguintes etapas: planejamento, avaliação do sistema de controle interno, elaboração de papéis de trabalho, avaliação dos riscos de auditoria, elaboração dos programas de trabalho, aplicação de testes de controle e procedimentos substantivos, elaboração de relatórios e emissão do relatório ou certificado. Um achado passa de indício à evidência, quando atender aos requisitos de suficiente e completo, pertinente ao tema e diretamente relacionados com o achado, sendo a evidência precedida dos atributos de

- (A) condição, caráter, capacidade de colateral.
- (B) legalidade, afetividade, legitimidade e afetação.
- (C) inspeção, observação, recalcule e reexecução.
- (D) condição, critério, causa e consequência.
- (E) contagem, confirmação, conferência e confronto com registros auxiliares.

22. O auditor, quando obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, deve expressar-se por meio de

- (A) opinião sem ressalva.
- (B) renúncia do trabalho.
- (C) opinião com parágrafo de ênfase.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) opinião adversa.

**Controle Externo**

23. Nos trabalhos de fiscalização sobre as contas de gestão de um administrador público, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO obteve evidências de que ocorreu a prática de ato ilegal. Nos termos da Lei Orgânica do TCM/GO, essas contas serão julgadas
- (A) regulares com ressalva, caso o administrador público indenize o erário até a data do julgamento das contas.
 - (B) regulares com ressalva, caso fique evidenciado que o ato não é de natureza grave e não representa injustificado dano ao erário.
 - (C) irregulares, e será definida a responsabilidade individual, com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (D) irregulares, e será definida a responsabilidade solidária do administrador e dos seus assessores com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (E) irregulares, e será definida a responsabilidade individual com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 55.000,00.
-
24. No exercício de suas atribuições, o TCM/GO deve apurar as despesas com pessoal dos entes jurisdicionados para o fim de controlar a obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverão ser considerados nesses cálculos, entre outros, os seguintes gastos:
- (A) adicionais, contribuições às entidades de previdência e despesas decorrentes de decisão judicial.
 - (B) vencimentos, encargos sociais e indenização por demissão de servidores.
 - (C) contratos de terceirização de mão de obra com substituição de servidores, gratificações e pensões.
 - (D) vantagens fixas e variáveis, subsídios e incentivos à demissão voluntária.
 - (E) indenização por demissão de empregados, horas extras e proventos de aposentadoria.
-
25. A fim de possibilitar maior participação da sociedade no controle dos resultados da administração, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu vários instrumentos de transparência da gestão fiscal que são utilizados pelo TCM/GO no exercício de suas atribuições de controle externo. Dentre esses instrumentos, estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. É correto afirmar que o
- (A) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada bimestre e deverá estar acompanhado pelo demonstrativo dos resultados nominal e primário.
 - (B) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada bimestre e deverá conter o comparativo dos montantes da despesa total com pessoal com os limites da LRF.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
 - (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, do demonstrativo da inscrição em restos a pagar, das despesas.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá conter, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.
-
26. A Constituição Federal estabeleceu um elenco de competências ao controle externo que abrange a sustação de contratos. Nos termos do que dispõem tais normas constitucionais, o ato de sustação de contrato
- (A) será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (B) é de competência do Tribunal de Contas, desde que esteja previamente autorizado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
 - (C) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados.
 - (D) será efetivado pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias ou então exaure-se-á a competência.
 - (E) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão ao Senado Federal.



27. A Constituição Federal estabeleceu disposições sobre a organização e as competências do Tribunal de Contas da União que são de observância obrigatória aos Tribunais de Contas Estaduais. É o que se denomina Princípio da Simetria Concêntrica. Esta é a fonte de onde foram extraídas as competências e a organização do TCM/GO, que estão normatizadas na sua Lei Orgânica (Lei Estadual nº 15.958/2007). Nos termos desse sistema legal e consoante ao que dispõe sua Lei Orgânica, compete ao TCM/GO

- (A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer cidadão, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.
- (B) encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada dois anos, relatório das atividades desenvolvidas no biênio anterior.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão e contratação de pessoal para cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como de atos concessivos de aposentadorias e pensões.
- (D) apreciar, em caráter prioritário, sob pena de responsabilidade, os pedidos de informação de auditorias e inspeções que lhes forem endereçados pelo Presidente da Câmara Municipal, quando por esta aprovados.
- (E) exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades dos Poderes Municipais e das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, para verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos, contratos, termos de parceria e outros ajustes, excetuados os convênios.

28. A dívida e o endividamento público são temas de grande relevância nas atribuições do controle externo, e é na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que se encontra uma extensa regulação dos vários aspectos a eles relacionados. No tocante à composição da dívida e do endividamento, a LRF estabelece que

- (A) será incluída na Dívida Pública Consolidada da União a relativa a títulos da responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) a Dívida Pública Consolidada ou Fundada compreende o montante total, com a inclusão de todas as duplicidades e das obrigações financeiras do ente da Federação.
- (C) a concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação não financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (D) o refinanciamento do principal da Dívida Mobiliária não excederá, ao término de cada exercício, o montante do final do exercício anterior, subtraído ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas.
- (E) o refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária compreende a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

29. Considere as seguintes afirmações:

- I. Nos termos da Constituição Federal, ao controle interno cabe avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Federal, de maneira que fica excluída a sua avaliação sobre a aplicação de recursos por entidades de direito privado, em virtude da natureza dessas pessoas jurídicas.
- II. Nos termos da Constituição Federal, a missão atribuída ao controle interno para exercer o monitoramento das operações de crédito, avais e garantias, possibilita a ele estender esse controle até mesmo sobre os direitos e haveres da União.
- III. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF, com ênfase ao atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que, por uma razão de lógica, é determinante para que tão somente o Tribunal de Contas fiscalize o cumprimento da LRF no tocante aos limites e condições para realização de operações de crédito.
- IV. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – LOTCM/GO, os responsáveis pelo controle interno deverão realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer, o que reserva a ele a prerrogativa de, conforme o caso, alertar formalmente a autoridade administrativa competente, para que instaure tomada de contas, sempre que tiver conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas em dispositivo específico da LOTCM/GO.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

30. A Lei Federal nº 12.527/2011 destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. No entanto, reservou um capítulo específico para regular as hipóteses de restrição de acesso à informação e os respectivos procedimentos. Nos termos desse capítulo específico da Lei de Acesso à Informação,

- (A) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta será de 30 (trinta) anos, a partir da data de sua produção.
- (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos poderão ser objeto de restrição de acesso mediante decisão conjunta do Presidente da república e do Presidente do Congresso Nacional.
- (C) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta será de 15 (quinze) anos, a partir da data de sua produção.
- (D) a classificação do sigilo de informação no grau de ultrassecreto, no âmbito da Administração Pública Federal, é de competência exclusiva do Presidente da República e do Presidente do Congresso Nacional.
- (E) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada será de 10 (dez) anos, a partir da data de sua produção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. A respeito do poder de polícia, considere:
- I. Constitui um poder vinculado, descabendo discricionariedade administrativa para a prática de atos que envolvam seu exercício.
 - II. Os atos praticados no exercício do poder de polícia, quando dotados de autoexecutoriedade, possibilitam que a Administração os ponha em execução sem necessitar de tutela jurisdicional.
 - III. Corresponde apenas a atos repressivos, tanto no âmbito da polícia administrativa como em relação à polícia judiciária, dotados de coercibilidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
32. Determinado Município pretende ampliar a oferta de transporte coletivo aos cidadãos, disponibilizando novas linhas de ônibus e modernizando a frota existente. Uma das alternativas juridicamente possível para atingir tal finalidade seria a outorga de
- (A) titularidade do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas credenciadas, mediante autorização.
 - (B) concessão, em caráter precário ou por prazo determinado, do serviço público de transporte de passageiros à empresa privada.
 - (C) permissão do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas, sempre mediante prévio procedimento licitatório.
 - (D) permissão para a prestação de serviço público de transporte de passageiros, com o pagamento, pelo poder concedente, dos valores necessários à prestação do serviço.
 - (E) titularidade do serviço público de transporte de passageiros a consórcio de empresas privadas, mediante prévio procedimento licitatório, para exploração mediante cobrança de tarifa dos usuários.
-
33. O responsável pelo órgão de pessoal de determinada entidade da Administração pública concedeu benefícios a servidores da entidade sem o necessário amparo na legislação de regência. Passado algum tempo, a situação foi descoberta por auditoria realizada no âmbito do controle interno da Administração. A conduta a ser adotada pela Administração em relação aos atos concessórios dos benefícios consiste em
- (A) revogar os atos praticados em desacordo com a legislação, com base em seu poder discricionário.
 - (B) anular os atos eivados de ilegalidade, como exercício da autotutela, desde que não decorrido o prazo decadencial.
 - (C) convalidar os atos praticados, que gozam de presunção de legitimidade independentemente da conformidade com a lei.
 - (D) solicitar judicialmente a anulação dos atos, eis que inviável o desfazimento no âmbito administrativo.
 - (E) anular os atos no âmbito do processo disciplinar a ser instaurado contra o responsável, desde que constatada a má-fé.
-
34. Suponha que o Governo do Estado de Goiás pretenda implementar medidas de reestruturação administrativa, extinguindo alguns órgãos e também entidades da Administração indireta e fundindo algumas Secretarias, bem como extinguindo cargos vagos. De acordo com as normas que disciplinam a organização administrativa constantes da Constituição Federal,
- (A) todas as medidas poderão ser implementadas por ato do Chefe do Executivo, mediante decreto.
 - (B) todas as medidas somente poderão ser implementadas por lei, de iniciativa do Chefe do Executivo, salvo a fusão de Secretarias, que pode ser efetivada por decreto.
 - (C) a extinção de cargos vagos necessita de lei específica e as demais medidas poderão ser implementadas por decreto.
 - (D) a extinção de entidades da Administração indireta somente poderá ser feita por lei, enquanto a extinção de órgãos e de cargos vagos pode ocorrer por decreto.
 - (E) a extinção de entidades e órgãos depende de lei, enquanto a extinção de cargos vagos pode ser feita por decreto do Chefe do Executivo.
-
35. Uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Goiás pretende realizar uma campanha de publicidade e divulgação de suas atividades, de caráter informativo, aos seus usuários e à população em geral. Considerando as disposições constitucionais e a legislação federal aplicável à espécie, referida empresa
- (A) poderá contratar tais serviços diretamente, eis que presente hipótese de dispensa de licitação.
 - (B) deverá licitar a contratação dos referidos serviços, eis que ausente hipótese de dispensa de licitação e expressamente vedada a declaração de inexigibilidade.
 - (C) não precisa licitar a contratação de serviços, eis que se submete ao regime jurídico de direito privado.
 - (D) poderá declarar a inexigibilidade de licitação, se os serviços forem prestados por empresa que detenha notória especialização.
 - (E) poderá dispensar a licitação, se comprovar que se trata de serviço de utilidade pública, observada a compatibilidade do preço contratado com os praticados no mercado.



36. O Estado necessita contratar a execução de obras para a construção de novas unidades hospitalares a fim de suprir o déficit de leitos identificado no sistema, de acordo com cronograma e especificações de qualidade pactuados mediante Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de incorrer em pesadas sanções pecuniárias. Diante dessa situação, o Estado intenta incluir, no procedimento licitatório para a contratação das empresas encarregadas da execução das obras, requisitos para assegurar a boa execução dos serviços, bem assim a capacidade econômica das contratadas, evitando atrasos ou descumprimentos contratuais. Para tanto, com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993, poderá ser exigido dos licitantes
- (A) aptidão para a execução do objeto, mediante apresentação de atestados que comprovem a execução de serviços similares no mesmo local onde serão executados os serviços licitados.
 - (B) comprovação de boa situação financeira, mediante apresentação de demonstrações contábeis do último exercício e comprovação de índices mínimos de rentabilidade.
 - (C) garantia de proposta, que pode ser prestada mediante caução, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.
 - (D) comprovação de propriedade de máquinas e equipamentos necessários à realização das obras, bem assim de corpo técnico especializado.
 - (E) exigência de patrimônio líquido, no limite de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
-
37. Empregados de uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Goiás, responsáveis pelas aquisições de insumos, foram flagrados desviando parte dos materiais adquiridos pela empresa para revenda. Restou comprovado que a pessoa que adquiria esses materiais desviados sabia da procedência dos mesmos, e pagava por eles preços bem abaixo do custo, auferindo, assim, proveito econômico. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992,
- (A) as condutas não podem configurar ato de improbidade administrativa, eis que praticadas em prejuízo de pessoa jurídica de direito privado.
 - (B) somente as condutas dos empregados da sociedade de economia mista podem configurar ato de improbidade administrativa, eis que tal lei não alcança aqueles que não possuam vínculo com a Administração.
 - (C) todas as condutas citadas podem configurar ato de improbidade administrativa, eis que tal lei admite como sujeitos passivos agentes públicos e também particulares que se beneficiem do ato.
 - (D) apenas as condutas dos empregados da sociedade de economia mista poderão configurar ato de improbidade administrativa, e desde que comprovado enriquecimento ilícito e prejuízo direto à pessoa jurídica de direito público controladora.
 - (E) as condutas dos empregados da sociedade de economia mista podem configurar ato de improbidade, desde que os mesmos tenham sido responsabilizados em regular processo disciplinar, inexistindo esse requisito para a responsabilização dos particulares, que depende apenas da comprovação de dolo.

Noções de Direito Constitucional

38. Quando do ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, estão dispensados da demonstração de pertinência temática
- (A) o partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) o partido político com representação no Congresso Nacional e o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
 - (C) o Procurador-Geral da República e entidade de classe de âmbito nacional.
 - (D) o Procurador-Geral da República e confederação sindical.
 - (E) a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
-
39. No Direito Constitucional brasileiro, a imunidade recíproca implica que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem
- (A) tributos sobre o patrimônio ou a renda, uns dos outros.
 - (B) impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
 - (C) isenções de tributos, uns dos outros, inclusive, no caso da União, sem nenhuma exceção, por meio de tratados internacionais.
 - (D) taxas sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
 - (E) tributos sobre o patrimônio ou os serviços, uns dos outros.
-
40. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão os mesmos subsídios dos
- (A) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Deputados.
 - (C) Ministros de Estado.
 - (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Senadores.



41. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar, dentre outros, o percentual relativo ao somatório da receita tributária e as transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, que é de
- (A) 3% (três por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.
 - (B) 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.
 - (C) 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
 - (D) 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.
 - (E) 2% (dois por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes.
-
42. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e, dentre outros, o limite máximo, em Municípios de
- (A) 50.001 (cinquenta mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (B) 10.001 (dez mil e um) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (C) até 10.000 (dez mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (D) 100.001 (cem mil e um) a 300.000 (trezentos mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 40% (quarenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (E) 300.001 (trezentos mil e um) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
-
43. Referente a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Municípios, considere:
- I. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de três dias, preste os esclarecimentos necessários.
 - II. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
 - III. Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.
-
44. A União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), designando
- (A) 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
 - (B) 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
 - (C) 40% (quatro por cento), para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.
 - (D) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de janeiro de cada ano.
 - (E) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano.
-

Administração Financeira e Orçamentária

45. Na Lei Orçamentária Anual foi consignada dotação para a construção de um novo hospital e, na mesma, foi incorporado artigo determinando a alteração do nome do Hospital Municipal para "Hospital Municipal Maria Auxiliadora da Silva", nome da genitora do atual prefeito. A inclusão deste dispositivo descumpriu o princípio orçamentário da
- (A) legalidade.
 - (B) transparência.
 - (C) publicidade.
 - (D) exclusividade.
 - (E) não vinculação da receitas e despesas.



46. O Regime de Adiantamento expresso na Lei nº 4.320/1964 poderá ser concedido
- (A) ao servidor, em situações excepcionais, visando honrar os gastos descobertos de dotação orçamentária.
 - (B) somente aos servidores, devendo ser precedido de empenho em dotação própria.
 - (C) a servidores e ocupantes de cargos comissionados, a fim de realizar despesas que subordinam-se ao processo normal de aplicação, devendo ser precedido de empenho.
 - (D) a servidores e ocupantes de cargos em comissão, a fim de realizar despesas que não subordinam-se ao processo normal de aplicação, podendo ser dispensado o seu empenhamento.
 - (E) ao ocupante de cargo em comissão, visando o pagamento de despesas consideradas emergenciais, para as quais não foram consignadas dotações próprias.
-
47. A Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, visando o controle e equilíbrio orçamentário e financeiro, deverá ser integrada com o Anexo de Metas Fiscais que, dentre outras exigências estabelecidas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, deverá estabelecer as metas
- (A) anuais em valores correntes e constantes para o montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois subsequentes.
 - (B) de resultado orçamentário em valores correntes e constantes para o exercício a que se referir e para os dois subsequentes.
 - (C) de resultados orçamentários e financeiros, em valores correntes, exclusivamente, para o exercício a que se referir.
 - (D) de resultados orçamentários e financeiros, em valores correntes e constantes para o exercício a que se referir e para os dois subsequentes.
 - (E) de resultado orçamentário em valores correntes, exclusivamente, para o exercício a que se referir.
-
48. Diante de uma grave epidemia no Município e a necessidade de efetuar gastos para combatê-la, o prefeito decretou estado de calamidade pública. Na análise da lei orçamentária verificou-se que não havia dotação e programa orçamentário para esta finalidade. Com base nos ditames da Lei nº 4.320/1964, em virtude da situação emergencial, o ordenador de despesa, para a realização destas despesas, deverá
- (A) empenhar os gastos, utilizando o saldo de uma ou mais dotações dos programas da função saúde.
 - (B) empenhar os gastos, utilizando a dotação da reserva de contingência.
 - (C) autorizar, por decreto do executivo, a abertura de crédito suplementar na função saúde.
 - (D) autorizar, por decreto do executivo, a abertura de crédito especial na função saúde.
 - (E) abrir, por decreto do executivo, créditos extraordinários, independente da existência de recursos disponíveis.
-
49. O ordenador de despesa homologou o procedimento licitatório autorizando a compra de computadores e o fornecedor efetuou a sua entrega, porém por não atender as especificações do edital, a comissão responsável recusou o seu recebimento. Com relação às fases da despesa pública, é correto afirmar que
- (A) ocorreu a fase de lançamento da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
 - (B) ocorreu a fase de liquidação da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
 - (C) ocorreram as fases de lançamento, liquidação e de empenhamento, mas não a de pagamento.
 - (D) ocorreu a fase de empenhamento, mas não as de liquidação e pagamento.
 - (E) ocorreram as fases de empenhamento e de liquidação, mas não as de lançamento e pagamento.
-
50. Ao se deparar com a falta no estoque de medicamento imprescindível aos pacientes, servidor público efetivo lotado na área da saúde, por iniciativa própria, adquire na farmácia mais próxima a quantidade necessária para suprir o seu plantão e efetua o respectivo pagamento. Da análise dos princípios e fases da despesa pública, é correto afirmar que
- (A) se trata de despesa pública, pois ocorreram as fases de lançamento e pagamento e não de liquidação.
 - (B) se trata de despesa pública, pois ocorreram as fases de lançamento, empenhamento e pagamento.
 - (C) não pode ser caracterizada como despesa pública, pois não ocorreram as fases de empenhamento, liquidação e pagamento.
 - (D) a compra não pode ser caracterizada como despesa pública, pois ocorreram apenas as fases de lançamento e pagamento.
 - (E) se trata de despesa pública, pois ocorreram as fases de processamento e pagamento.
-
51. Com base na metodologia de apuração da Receita Corrente Líquida regulamentada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as receitas incorporadas na sua base de cálculo, são:
- (A) Receita patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e de alienação de bens.
 - (B) Receita tributária, industrial, de serviços, de contribuições e de alienação de bens.
 - (C) Receita patrimonial, tributária, de alienação de bens, de operações de crédito e de contribuições.
 - (D) Receita Industrial, patrimonial, agropecuária, tributária e de transferências correntes.
 - (E) Receitas tributárias, transferências correntes, de amortizações de empréstimos, de alienação de bens e de operações de crédito.



52. No exercício de 2013 ocorreu licitação para a compra de 1000 uniformes escolares, ao custo unitário de R\$ 50,00 cada, totalizando o empenhamento em R\$ 50.000,00. A empresa contratada entregou, no exercício, 70% dos uniformes, porém, por desconformidade com as especificações, 300 uniformes foram devolvidos no ato da entrega, não ocorrendo qualquer pagamento naquele ano. Diante do exposto, a inscrição de restos a pagar processado e não processado, relativo a este empenhamento correspondeu, respectivamente, a:
- (A) R\$ 50.000,00 e R\$ 0,00.
 - (B) R\$ 35.000,00 e R\$ 15.000,00.
 - (C) R\$ 0,00 e R\$ 50.000,00.
 - (D) R\$ 15.000,00 e R\$ 35.000,00.
 - (E) R\$ 20.000,00 e R\$ 30.000,00.
-
53. O prefeito, ao apurar os gastos de pessoal no 2º quadrimestre do exercício, observou a extrapolação do limite do poder executivo em 12%. Levando-se em conta que o Município possui mais de 50.000 habitantes e diante das regras de recondução imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a providência a ser adotada deverá ser a redução de
- (A) 50% do excesso em cada bimestre subsequente, zerando o excesso até o final do exercício.
 - (B) 50% do excesso até o final do exercício em questão e 50% até o final do exercício subsequente.
 - (C) 1/3 do excesso até o final do 3º quadrimestre do exercício e 2/3 do excesso até o final do 1º quadrimestre do exercício subsequente.
 - (D) 1/3 do excesso no quadrimestre subsequente e 2/3 do excesso até o final do exercício subsequente.
 - (E) 50% do excesso até o final do exercício em questão e 50% até o final do 1º semestre do exercício subsequente.
-
54. Da análise da classificação da estrutura programática da despesa pública, é correto afirmar que:
- (A) A ação é o instrumento da atuação governamental que agrega um conjunto de programas voltados à solução ou minimização de problemas ou o atendimento de uma demanda social específica.
 - (B) A atividade é um conjunto de programas e ações que agregam, em especial, as despesas de investimento da administração.
 - (C) Operação Especial é uma das classificações da ação, são despesas que não resultam em produto ou não geram contraprestação de bens ou serviços.
 - (D) O instrumento de programação que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo e que resulta em produto que expande ou aperfeiçoa o serviço público denomina-se "programa".
 - (E) As ações governamentais são realizadas sob a forma de programas, estes se classificam em atividade, projeto e operação especial.

Direito Financeiro e Tributário

Siglas Utilizadas:

- CTN – Código Tributário Nacional.
- ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- IE – Imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- IGF – Imposto sobre grandes fortunas.
- II – Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- IPI – Imposto sobre produtos industrializados.
- IPMU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- IR – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- ISS ou ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- ITBI – Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- ITCMD ou ITCD ou ICD – Imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
- ITR – Imposto sobre propriedade territorial rural.

55. De acordo com as regras constitucionais relativas ao orçamento, são vedados:
- I. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, exceto no caso de guerra externa ou grave convulsão social.
 - II. O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, a partir do primeiro dia útil do segundo trimestre do exercício.
 - III. A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
 - IV. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - V. A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam, em mais de 2,5% (dois e meio por cento), os créditos orçamentários ou adicionais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e V.
- (C) III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.



56. De acordo com a Constituição Federal, em matéria orçamentária, cabe à lei complementar,
- (A) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos e estabelecer o Plano Plurianual.
 - (B) dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
 - (C) de iniciativa do Poder Executivo ou Legislativo, estabelecer o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - (D) de iniciativa do Poder Legislativo, estabelecer o Plano Plurianual.
 - (E) de iniciativa do Poder Legislativo, estabelecer o Plano Plurianual e as diretrizes orçamentárias.
-
57. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o controle externo da execução orçamentária
- (A) será feito pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
 - (B) que será feito, no âmbito do Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, quando houver, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
 - (C) será feito pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas suas respectivas áreas de atuação, e terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
 - (D) será feito pelo Poder Executivo, que prestará contas anualmente ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, sendo que as contas do Poder Legislativo a serem submetidas ao Poder Judiciário deverão estar acompanhadas de parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
 - (E) será feito pelo Poder Judiciário, sempre que não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente no Município, situação em que a Câmara de Vereadores deverá designar peritos contadores para verificar as contas do prefeito e sobre elas emitir parecer.
-
58. De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da liquidação, do pagamento e da ordem de pagamento da despesa, considere:
- I. A liquidação da despesa consiste na extinção da obrigação contraída, por qualquer modalidade prevista na legislação, exceto o pagamento.
 - II. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base, exclusivamente, a nota de empenho.
 - III. A verificação do direito adquirido pelo credor ao pagamento da despesa tem por fim apurar, entre outros elementos, a origem e o objeto do que se deve pagar.
 - IV. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 - V. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos órgãos das respectivas Fazendas Públicas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, IV e V.
-
59. Um determinado Município do Estado de Goiás pretende reduzir a alíquota do ISSQN de 3% para 1,5%. Tal medida ocasionará forte redução na arrecadação desse tributo.
- Com base no que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, essa redução de alíquota poderá ser feita,
- (A) desde que o seja mediante a edição de Lei Complementar municipal.
 - (B) desde que esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; que atenda ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias; e que esteja acompanhada de medidas de compensação, no período referido, por meio do aumento de receita, proveniente da majoração de outro tributo.
 - (C) bastando que esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; e que esteja acompanhada de medidas de compensação, no período referido, por meio do aumento de receita, proveniente da majoração de outro tributo.
 - (D) sem qualquer restrição, pois ela não representa renúncia de receita.
 - (E) bastando que esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; e que atenda ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
-
60. A constituição do crédito tributário é fundamental para que se possa exigir o seu pagamento pelo sujeito passivo. De acordo com o Código Tributário Nacional, a constituição do crédito tributário
- (A) deve ser feita a partir do momento do surgimento da obrigação tributária, sob pena de ocorrer a prescrição do direito de a Fazenda Pública promover seu lançamento.
 - (B) é de competência exclusiva das autoridades administrativa e judicial.
 - (C) é feita por meio do lançamento, em relação ao tributo, mas, em relação à penalidade pecuniária por inobservância de obrigação acessória, não o é.
 - (D) é feita por meio de uma das quatro formas de lançamento previstas no CTN: lançamento de ofício, lançamento contábil, lançamento por homologação e lançamento por declaração.
 - (E) é procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação, identifica o contribuinte e o responsável, calcula o montante do tributo devido e determina a matéria tributável.



61. Uma pessoa jurídica de direito público promoveu três lançamentos de ofício distintos em relação a um mesmo sujeito passivo. No tocante ao primeiro desses lançamentos, o sujeito passivo ofereceu reclamação (impugnação ao lançamento), de conformidade com o processo administrativo fiscal instituído por aquela pessoa jurídica de direito público. Em relação ao segundo lançamento, houve depósito judicial parcial da quantia questionada, com a finalidade de discutir na esfera judicial, posteriormente, a matéria objeto do lançamento. Em relação ao terceiro lançamento, como o sujeito passivo tinha a intenção de quitar o crédito tributário constituído, esse sujeito passivo ofereceu veículos como forma de pagamento da importância reclamada pela Fazenda Pública. Considerando o exposto acima e o que dispõe o Código Tributário Nacional a respeito dessa matéria, é correto afirmar que
- (A) a reclamação (impugnação) referida no enunciado é forma de exclusão do crédito tributário.
 - (B) o oferecimento dos veículos em pagamento constitui uma forma prevista no CTN como sendo de extinção do crédito tributário, desde que a lei estabeleça a forma e as condições como isso deve ser feito.
 - (C) o depósito efetuado pelo sujeito passivo, em relação ao segundo lançamento, não suspendeu a exigibilidade do crédito tributário.
 - (D) a impugnação ao lançamento de ofício, por meio da reclamação apresentada, suspende a exigibilidade do crédito tributário, desde que acompanhada de liminar em mandado de segurança ou de liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.
 - (E) o depósito parcial efetuado, ao ser convertido em renda, suspenderá a exigibilidade do crédito tributário.
-
62. De acordo com a Constituição Federal, são tributos de competência
- (A) do Distrito Federal: o ITBI, o IGF, o ITCD e o ISSQN.
 - (B) federal: o II, o IE, o ITR e os impostos extraordinários passíveis de serem instituídos na iminência ou no caso de guerra externa.
 - (C) estadual: o ICMS, o IPTU, o IPVA e o ITCD.
 - (D) municipal: o ISSQN, o IPTU, o ITR e o ITBI.
 - (E) federal: o IPI, o ITBI, o IOF, ITCD e o IR.
-
63. De acordo com o Código Tributário Nacional – CTN, a restituição total ou parcial de tributo, qualquer que seja a modalidade adotada para seu pagamento, e ressalvadas as exceções previstas na legislação para pagamento de tributo por meio de estampilha,
- (A) será feita ao contribuinte, independentemente de prévio protesto, e ao responsável, mediante prévio protesto, nos casos de erro na determinação da alíquota aplicável ao cálculo de determinado imposto.
 - (B) será feita ao sujeito passivo que tiver comprovado ter efetuado o pagamento indevido, mesmo nos casos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro e haja prova de transferência desse encargo a terceiro.
 - (C) será feita ao contribuinte, independentemente de prévio protesto, e ao responsável, mediante prévio protesto, nos casos de erro na identificação do sujeito passivo e de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
 - (D) será feita ao sujeito passivo e vencerá juros capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
 - (E) dará lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
-
64. Um determinado sujeito passivo desenvolveu, de maneira inexata, a atividade de lançamento por homologação de tributo do qual é contribuinte: o ISSQN. Ficou comprovado, no devido procedimento de fiscalização, que a referida inexatidão ocorreu em razão de prática dolosa do sujeito passivo, que emitiu documento fiscal consignando nele valor de prestação de serviço inferior ao valor efetivamente pactuado com seus clientes. A prática infracional, que levou à sonegação parcial do tributo, ocorreu no dia 03 de setembro de 2013. Considerando as informações acima e o disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o prazo
- (A) para homologação tácita do lançamento, pelo decurso do prazo quinquenal, será contado a partir da data da ocorrência do fato gerador do tributo referido no enunciado.
 - (B) prescricional para realização do lançamento, que é de cinco anos, será contado a partir da data da ocorrência do fato gerador do tributo referido no enunciado.
 - (C) para homologação tácita do lançamento, pelo decurso do prazo quinquenal, será contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado.
 - (D) decadencial para realização do lançamento, que é de cinco anos, será contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado.
 - (E) prescricional para realização do lançamento, que é de cinco anos, será contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado.

**Contabilidade Pública**

65. A contabilidade pública é um ramo da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações
- I. os princípios fundamentais do orçamento público e as normas constitucionais relativas ao equilíbrio fiscal.
 - II. os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
 - III. seus próprios Princípios Fundamentais e normas específicas voltadas ao controle orçamentário das entidades do setor público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

66. A compra a prazo de um veículo por um órgão público, de acordo com as definições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, classifica-se como uma

- (A) Variação Patrimonial Qualitativa.
- (B) Variação Patrimonial Quantitativa.
- (C) Mutação Patrimonial Aumentativa.
- (D) Mutação Patrimonial Qualitativa.
- (E) Superveniência Ativa.

67. Figura entre as características do registro e da informação contábil no setor público, previstas na NBCT 16.5., a

- (A) legalidade.
- (B) objetividade.
- (C) materialidade.
- (D) temporalidade.
- (E) impessoalidade.

Instruções: Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, indique as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados nas questões de números 68 e 69.

68. Previsão Adicional da Receita Orçamentária:

- (A) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.
- (B) 5.2.2.1.0.00.00 e 6.2.2.1.0.00.00.
- (C) 5.1.2.1.0.00.00 e 6.1.2.1.0.00.00.
- (D) 5.1.2.1.0.00.00 e 6.1.2.1.1.00.00.
- (E) 5.2.1.2.1.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.

69. Fixação Inicial da Despesa Orçamentária:

- (A) 5.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.1.00.00.
- (B) 5.2.2.1.2.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
- (C) 5.1.2.0.0.00.00 e 6.1.2.0.0.00.00.
- (D) 5.1.2.0.0.00.00 e 6.2.2.1.1.00.00.
- (E) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.

70. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da Administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente. Em relação às demonstrações conjuntas, deverão ser excluídas as operações

- (A) multigovernamentais.
- (B) intergovernamentais.
- (C) ARO.
- (D) intragovernamentais.
- (E) de crédito.